# PROVADA POR ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

# UNANIH DADE

2 3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17 18

19

20

21 22

23

24

25

26 27

28

29 30

31 32

33

34 35 36

# Sessão de 24,02,17 A Mesa, ATA Nº 06 MBuly

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos (em regime de substituição), Maria Antónia Foito Crespo, Serafim António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Carla Maria Loura Manteiga Pereira (em regime de substituição), Carlos Alberto Santana Baião, Jerónimo Jacinto de Almeida, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Comporta) e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice- Presidente, Nuno Miguel Besugo Pestana, Isabel Cristina Soares Vicente e Luísa Maria Pestana Ferreira.

Verificou-se a ausência dos Deputados, Luzia Maria Carvalho Maurício, Sara Patrícia Guerreiro Jacinto, Leonardo Jacinto, Maria de Lourdes Vieira Serrinha, Leónia de Jesus Pinto Bárbara Gomes, José António Chora Praguento, José Carlos Nascimento dos Reis e Maria do Rosário

Tomás, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte e uma horas e cinco minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA \_

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

#### 37 1 - Expediente:

- 38 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida no período de 1
- de outubro de 2016 a 7 de dezembro de 2016, que aqui se dá como reproduzido e transcrito.
- ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

41

- 42 2 Análise e votação da Ata nº 4 da sessão realizada em 29 de setembro de 2016.
- 43 O Presidente da Assembleia, colocou a Ata à votação.
- A Ata nº 04 de 29 de setembro de 2016 foi aprovada, por unanimidade.

45

- O Presidente da Assembleia Municipal, informou, que o Presidente da Câmara solicitou a inclusão
- de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, nos termos do disposto do nº 3 do artigo 20º. do
- 48 Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 28 de Fevereiro de 2014, que colocou à
- 49 consideração dos deputados, o que foi aceite por todos, tendo-lhe sido atribuído o n.º 8.

50

- O Presidente da Assembleia, deu conhecimento aos deputados que foi presente à Mesa uma
- 52 Moção e um Voto de Pesar:
  - Moção (40 Anos do Poder Local), apresentada pelos Deputados da CDU.
- Voto de Pesar (Fidel Castro), apresentado pelos Deputados da CDU.

55 56

53

#### INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO \_\_\_\_\_

- O Presidente da Assembleia, informou os Deputados que estava aberto o período de colocação de
- 58 questões ao executivo.
- 59 O Deputado Manuel Rocha, usou da palavra na qualidade de Deputado Municipal e de membro da
- 60 Comissão Executiva da Associação de Pais, começou por saudar a posição tomada pelo Conselho
- 61 Geral daguela comissão, relativa à falta de assistentes operacionais. Referiu que, esta questão tem
- 62 sido também uma preocupação da Câmara, que o Presidente da Câmara, decorrente de uma
- reunião com a DEGESTE e de uma exposição colocada pelo Vereador Manuel Vítor, tomou uma
- 64 posição que vem referenciada no Boletim Municipal. Acrescentou, que a "nota" emitida pelo
- 65 Conselho Geral, fala sobre o rácio e o número de assistentes, mas há uma alteração da situação
- que ainda agrava mais o problema, dado que, aos 3 assistentes operacionais que aguardam
- aposentação, acrescem mais 2, o que significa que, a partir de janeiro, dos 35 existentes, vão ficar
- apenas 28 assistentes operacionais. Realçou que, em contra ponto, o Município está a assegurar
- 69 os serviços com cerca de 18 assistentes operacionais, quando deveria ser o Ministério da
- 70 Educação a faze-lo.

- Informou ainda, que os Deputados Municipais da CDU, em conjunto com os Deputados da CDU na 71
- Assembleia da República, apresentaram esta preocupação naquele Órgão. 72
- Referiu também que a Assembleia da Republica aceitou a petição que foi feita à população pela 73
- Comissão de Utentes e informou que o assunto vai ser discutido naquele órgão. 74
- O Presidente da Assembleia, usou da palavra, expressou o seu apoio à posição tomada pelo 75
- Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, apelando ao envolvimento de todos, para que a 76
- situação seja resolvida. 77
- Em relação ao IC1, salientou, que foi dado um passo importante, mas a Assembleia vai continuar a 78
- acompanhar e a dar todo o apoio à Comissão de Utentes, o que sempre tem feito em todas as 79
- iniciativas que foram levadas a cabo. 80
- O Presidente da Assembleia, informou que seguidamente, se iria proceder à apresentação e 82
- apreciação da Moção (40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas), entregue à Mesa, pelo que 83
- solicitou aos Deputados da CDU que procedessem à leitura da mesma. 84
- A Moção foi lida pelo Deputado Manuel Rocha. 85
- O Presidente da Assembleia, colocou a Moção a discussão. 86
- Intervenções: 87

81

- O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que apesar de haver na moção, alguns pressupostos de 88
- preâmbulo, que poderão não estar de acordo, mas acha que as conclusões e aquilo que se 89
- pretende é muito mais forte, Celebrar os 40 Anos do Pode Local -. Mencionou o nome de quatro 90
- pessoas que, na altura, tiveram um papel determinante, entre os quais o Sr.º Arlindo Passos, o Sr.º 91
- José Pomba Cupido, o Sr.º José Casimiro Crespo Cobra e a Sr.ª Graciete Baião, que foram uma 92
  - força significativa daquilo que foi a mudança em Portugal. Referiu que, infelizmente olha-se muitas
- vezes para a questão das superestruturas, como o movimento das forças armadas e esquece-se 94
- que nada disso tinha sido possível se não houvesse movimento base, que nessa altura foi muito 95
  - pela afirmação de líderes que então existiam e que atualmente um dos problemas que a sociedade
- 96 tem é a falta de líderes, que foram pessoas que fizeram o seu trajeto sempre em prol dos outros.
- Sublinhou que acrescentava esta questão à Moção, que considerou ser bem-vinda, com esta 98
- pequena reserva, que não tira o lustro de a trazerem à Assembleia Municipal. 99
- O Presidente da Assembleia, colocou a Moção à votação. 100
- Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade. 101
- A Moção, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da 102
- mesma fazendo parte integrante. 103

104

93

- Evidenciou que, ficou muito sensibilizado com um email que recebeu de uma médica Cubana, que
- exerceu recentemente a sua profissão em Alcácer do Sal que, dias depois da morte de Fidel
- 140 Castro, no qual referia quanto lhe tinha custado o falecimento do comandante e que foi graças à
- sua orientação política, que ela e muitos camaradas Cubanos, conseguiram a sua formação.
- O Presidente da Assembleia sublinhou que o voto de pesar, toca muito aos povos que ainda não
- 143 são livres.

144

- O Presidente da Assembleia, colocou o Voto de Pesar à votação.
- Deliberação: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.
- O Voto de Pesar, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente
- ata, da mesma fazendo parte integrante.

149 150

#### ORDEM DE TRABALHOS \_\_\_\_\_

151

- 152 O1 Análise e conhecimento da informação referente ao relatório do revisor oficial de contas sobre
- a situação financeira do município referente ao 2º semestre de 2015. (tomado conhecimento na reunião
- 154 de Câmara realizada no dia 27/10/2016);
- 155 Tomado Conhecimento.
- A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

- 159 02 Análise e conhecimento da informação referente à proposta de lei do PCP para a reposição
- das freguesias. (tomado conhecimento na reunião de Câmara realizada no dia 24/11/2016);
- O Presidente da Assembleia colocou a informação a discussão.
- 162 Intervenções:
- 163 O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu que tendo os Deputados do PS assumido sempre uma 164 posição favorável relativamente à questão da reversão das agregações das Freguesias, não ficaria 165 bem com a sua consciência que, apesar de ter sido apresentada por outra bancada, não dizer que não estavam de acordo com esta proposta. Acrescentou que, é de toda a justiça que depois de 166 167 tudo o que disseram, referir que tem pena que ao nível da Assembleia da República este assunto não tenha seguido outro caminho, porque quanto mais tempo se vai avançando nesta situação, 168 169 mais difícil é uma reversão. Referiu que esta matéria é uma prioridade e sentem isso no concelho 170 de Alcácer do Sal, onde há uma freguesia maior do que a ilha da Madeira, mas que pouco se faz 171 para que isso efetivamente de reverta. Disse que é bem-vinda esta posição e que concordam em

absoluto que esta reversão se fizesse com estes termos, ou com uns termos semelhantes, o mais rapidamente possível, sobretudo nos casos, em como é dito, não houve um apoio dos respetivos órgãos autárquicos.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, afirmou que esta questão é mais importante nas freguesias rurais, ao nível de segundo e terceiro escalão das freguesias, já que ao nível daquelas mais populosas há outros instrumentos, outras coordenadas que são diferentes, como as freguesias de Lisboa, onde ninguém tem problemas ao nível das fusões das freguesias. Referiu que, lhe parece que têm alguma dificuldade em perceberem qual o papel de um presidente de junta, num concelho como o de Alcácer do Sal.

O Deputado, disse que faz suas, as palavras que foram expressas neste documento e louvou esta iniciativa.

O Deputado Arlindo Passos, usou da palavra e referiu que no seguimento da apresentação do projeto do PCP, no dia cinco de dezembro houve uma audição pública pedida pelo PCP, na Assembleia da República, onde estiveram muitas autarcas das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia e que das quarenta e sete intervenções, três foram contra, sete não foram contra nem a favor e trinta e sete foram a favor da reposição das freguesias.

desta proposta.

O Deputado Nuno Dias interveio a seguir e referiu que também os Deputados do PCP, se congratulam com esta proposta efetuada pelo PCP, na medida em que vem dar seguimento ao que sempre têm dito e têm denunciado desde sempre, manifestando-se contra esta alteração e defendendo a necessidade de serem repostas as freguesias. Em relação ao concelho de Alcácer do Sal disse que por diversas vezes, este assunto já foi discutido e que se olharem, por exemplo, para a situação da União de Freguesias de Alcácer do Sal, vêm dar razão a alguns argumentos que têm defendido, nomeadamente se tiverem em conta a área geográfica das freguesias, a densidade geográfica, a distância entre os principais aglomerados do concelho, as pequenas localidades e as pessoas que vivem mais isoladas e ainda aquilo que era o serviço que as juntas faziam de maior proximidade aos cidadãos, que prestavam e ainda prestam um serviço muito importante às populações. Referiu que, há três propostas na Assembleia da República e que continuam a defender a urgência no tratamento desta questão e a reposição da situação anterior. O Deputado Nuno Dias, disse que os Deputados da CDU se congratulam com a apresentação

- O Deputado Albino Francisquinho, reforçando o que já foi dito, disse que são muito importantes as freguesias rurais e são uma mais-valia pela sua proximidade às populações. Lembrou que, a Freguesia de Santa Susana, tinha uma presidente que estava presente e próximo das dificuldades que existem no setor rural. Acrescentou que, esta questão tem a ver com o que vem sendo hábito por parte do poder central, de um desrespeito total pelas zonas rurais, com políticas de desenvolvimento que não têm sido eficazes e próximas das pessoas, levando a que a população jovem abandone as suas localidades.
- 212 Tomado Conhecimento.

- A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 216 03 Análise e votação da proposta referente às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de 217 Investimentos – PPI e Atividades Mais Relevantes – AMR) e Orçamento para o Ano de 2017; 218 (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 27/10/2016);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.
  - O Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e disse que era com muita honra que estava na Assembleia Municipal o que por vezes era difícil em termos de agenda, que esta noite estava a decorrer em Palmela, a entrega dos Galardões Personalidades do Sem Mais Jornal -, um jornal inserido no semanário Expresso, e que o presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, foi galardoado com o prémio personalidade do ano 2013, e segundo o jornal, essa nomeação, tinha a ver com a vitória retumbante nas autárquicas 2013. Salientou que era com muito orgulho que estava na Assembleia Municipal, pois poderia ter delegado na sua equipa, mas não estaria presente e não se iria fazer representar no evento em causa.
- Referiu que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, tinham um valor de vinte e sete milhões de euros, mas como todos sabem, estes valores são previsionais, contudo, por norma, a execução fica aquém daquilo que é previsto, pois não existe nenhum município do país que cumpra em cem por cento aquilo que é previsto. Salientou a importância da estrutura do orçamento a executar ao longo do ano de 2017.
- O Presidente da Câmara referiu ainda que há uma parte do orçamento que será executada após os resultados das eleições autárquicas, que serão em princípio no início do mês de outubro, o que já acontecido no final do ano de 2013.
- 237 Referiu a despesa que transitava do ano de 2016 para o ano de 2017, frisando que, como era do conhecimento de todos, a mesma fechava a 24 de outubro, salvo aquelas de caracter excecional.

  239 Acrescentou que tinham vinte milhões de euros em correntes, seis milhões de euros em capital,

- que a componente da receita com o pessoal tinha aumentado e que as receitas nesta componente representavam cerca de quarenta por cento da receita do município.
- 242 Referiu-se também aos fundos comunitários, que começavam agora a ter expressão no país, mas
- 243 no âmbito do Portugal 2020, existia muita falta de informação, nomeadamente quanto ao Corredor
- 244 Clicável da Quintinha, toda a Zona da Feira, o Interface de Transportes, da Zona ribeirinha
- 245 Nascente e a própria ribeirinha nascente.
- Disse que era uma opção do município dar segurança a todo o Sistema Informático da Rede de
- Dados, que em 2013 os sistemas de segurança estavam presos num PC, mas neste momento,
- 248 tinha-se avançado com um investimento na rede de segurança, mais concretamente no Centro de
- Dados. Concluiu, dizendo que era um orçamento em que estavam seriamente empenhados em
- concretiza-lo ao longo do ano de 2017, não existiam orçamentos perfeitos, eram previsões, as
- verbas estavam todas descriminadas, tendo frisado também, a importância do cumprimento do
- 252 POCAL.

253

254

#### Intervenções:

- O Deputado Duarte Lynce de Faria disse que tinham uma declaração de Voto para entregar à
- mesa, e que a mesma não iria ser lida porque era um resumo da discussão.
- Relativamente ao documento apresentado disse que não tinham dúvidas, e que a questão não era
- do ponto de vista técnico, mas sim do ponto de vista político e era sobre a opção política que iriam
- 259 tomar uma posição.
- O Deputado Nuno Dias, agradeceu as explicações dadas pelo Presidente da Câmara e a forma
- como o documento estava elaborado, referiu as opções, que o orçamento vinha dar seguimento ao
- que tem sido os propósitos enumerados pela CDU e por este executivo e recorda que em 2013, se
- 263 tinha falado na necessidade de um forte investimento na cultura, no apoio social, na regeneração
- urbana, renovação da rede de abastecimento de água e não sendo menos importante e já muito foi
- feito nesse especto, a valorização dos recursos humanos da autarquia. Referiu que existia um forte
- 266 investimento e salientou o facto de no momento existirem 21 projetos que estavam a acontecer.
- 267 Relativamente às opções que têm sido tomadas e que do ponto de vista politico têm de ser
- valorizadas, nomeadamente a revisão do PDM, a solução encontrada para resolver a situação de
- divida à AGDA, a coragem politica que existiu na internalização dos trabalhadores da EMSUAS, o
- 270 novo Centro Pré Escolar do Morgadinho, a nova ETAR de Rio de Moinhos, o papel do município
- 271 nas questões da saúde, o apoio ao nível do movimento associativo, e tudo isto num quadro de
- grandes restrições em relação ao poder local. E perante todos estes elementos, a bancada da CDU
- 273 politicamente dá os parabéns a este executivo.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse que saudavam todos aqueles que tinham tido um trabalho árduo na elaboração do orçamento, mas eram de opções políticas que, necessariamente iriam falar. Referiu que as Grandes Opções do Plano se caracterizavam por investimentos que estavam previstos para depois de 2017, que necessariamente todos os orçamentos tinham uma parte obrigatória e que a parte meramente indicativa era extremamente importante. Relativamente aos quadros comunitários de apoio, quando se está num período de transição e não existe nada de muito significativo do ponto de vista de mudança, é por uma razão muito simples, claramente a falta de verbas comunitárias. Tendo em conta uma execução previsível, não se consegue entender o empolamento do orçamento, pois quando se faz um orçamento para 2017, os primeiros elementos que se têm em conta, será, quais as execuções previsíveis do ano de 2016. Relativamente às rubricas de capital, a justificação poderá ser encontrada na dificuldade em libertar fundos comunitários, é perfeitamente razoável, mas não é quando se colocam tantas dúvidas na sua própria realização. Quanto às rubricas correntes nada justifica o acréscimo superior a 3 milhões de euros.

Considera-se que o documento continua desprovido de projetos estruturais que aumentem significativamente o nível de vida das populações, pois no período de 2017 o mesmo é relativamente curto e parco nesse tipo de investimentos.

Salientou que o que se afigurava verdade é que a pressão das despesas correntes é muito significativa, em parte advém da melhoria das condições dos trabalhadores, mas também existe um aumento significativo das prestações de serviços e avenças em mais de 100 mil euros. Relativamente às famílias carenciadas, o valor que consta na rubrica também não é significativo, e será possível ir buscar a outras rubricas outros valores.

O Deputado referiu que estavam quase no fim no mandato e na grande maioria dos casos, os projetos que foram concluídos, eram projetos que tinham transitado do anterior executivo.

Concluiu dizendo que o orçamento poderia servir como objeto de propaganda, uma vez que se avizinha as eleições autárquicas, e que quando se publicitam determinados investimentos tem de se ter alguma certeza e se for somado o empolamento nas rubricas correntes é natural que o equilíbrio orçamental se venha a deteriorar, já que com as condições financeiras da autarquia não havia necessidade de tal e salvaguarda, que tinha sido sempre um timbre desta Câmara independentemente dos executivos, a saúde financeira da mesma e outro ponto importante a questão do endividamento e questão dos empréstimos.

O Deputado Serafim Inocêncio cumprimentou os presentes, e salientou que a única obra que estava prevista para os Foros de Albergaria não tinha sido realizada no ano transato, que era um

parque de merendas, e que era uma coisa mínima e de facto ao olhar para o orçamento esperava ver alguma coisa plasmada, já que tinha visto para outros sítios, mas os Foros de Albergaria não tinham nada previsto. Referiu ainda a ETAR do Forno da Cal, e não consegue identificar a mesma no documento, tal como outras coisas.

O Deputado disse que esperava que não se esquecessem de Foros de Albergaria, pois também pagava IMI, e pensa que todos devem ter os mesmos benefícios, e só está a pedir que a rua tenha o mínimo de condições, que de momento não é o que acontece. Está a falar no bem-estar das pessoas, e esse bem-estar não é só em Alcácer do Sal, nem os seus subúrbios, Torrão, Comporta e em outros sítios que há investimento. Realçou ainda o papel da União de Freguesias de Alcácer do Sal, e frisou que o presidente da mesma estava todas as semanas na sua localidade. Disse que em termos de investimento faltava muita coisa ao executivo, e faltava uma coisa que era essencial, que eram os orçamentos participados, os mesmos tinham a ver com as populações, com as suas necessidades e tinham de ser ouvidas.

O Deputado Duarte Lynce de Faria, interveio e referiu que o empolamento que tinha falado estava descrito no relatório do ROC, relativamente à parte de execução do segundo semestre, onde era referido que o grau de execução tinha sido de 70,26 por cento, no orçamento de despesa e 78,4 por cento no orçamento da receita e a taxa de execução da receita apresenta-se inferior a 85 por cento durante 3 anos consecutivos.

A Vereadora Ana Luísa Soares usou da palavra, cumprimentou os presentes e questionou o Deputado Serafim Inocêncio sobre o que tinha sido feito nos últimos 10 anos na sua aldeia e disse que este ano tinha havido uma diferença significativa, pois tinha havido obra em Foros de Albergaria, já que tinha sido feita a pavimentação da estrada, o que não era feito há muitos anos. Uma obra que do ponto de vista da qualidade de vida da população, tinha algum significado e por outro lado, desde o início do mandato que existia um projeto entre a União de Freguesias de Alcácer do Sal e o Município, coordenado pelo Presidente da Junta, com a cedência de materiais por parte do município. Na realidade, efetivamente, existe obra e investimento. A Vereadora afirmou que tinha noção de que existiam zonas que não eram pavimentadas e que tinham de fazer a manutenção das mesmas, que só tinham uma motoniveladora que estava obsoleta, que exigia muitas reparações, que internamente não conseguiam resolver e assim que fosse possível, iria proceder ao agendamento de uma intervenção na área.

Em relação ao investimento em água de abastecimento publico, águas residuais, e a ETAR em Foros de Albergaria, a Vereadora disse que os orçamentos quando eram executados eram feitos

de acordo com as pessoas que estão a liderar, que foram eleitos, e desde que este executivo tinha iniciado funções era natural que não encontrasse no orçamento descriminado nenhuma aldeia, já que o mesmo estava descriminado por temáticas e por outro lado a forma de executar o orçamento nesta configuração, tem a vantagem de se conseguir projetos de execução e permite ter alguma abertura. Relativamente a Foros de Albergaria, referiu que em janeiro de 2017, tinham o projeto de execução da rede de águas de abastecimento, residuais e da ETAR de Foros de Albergaria, executado e pronto para poderem avaliar e poder lançar o procedimento de empreitada, daí não vir especificado e permite alguma flexibilidade.

Relativamente ao arranjo paisagístico de Foros de Albergaria a Vereadora disse que assim que a obra terminar iria proceder-se ao arranjo paisagístico no espaço de lazer.

- O Vereador Nuno Pestana tomou a palavra, cumprimentou os presentes e esclareceu que relativamente ao apoio às famílias carenciadas, estava previsto um aumento de 90 mil euros, ou seja a política social estava a crescer.
- Disse que em contratos de RSI também tinha havido um aumento significativo, pois o município pagava uma bolsa e o subsídio de refeição, mas acima de tudo, o maior apoio social e o mais importante era que as pessoas envolvidas se sentissem ativas. Referiu ainda a tarifa social que existe na faturação de água.
- 360 Concluiu, dizendo que o apoio social tinha aumentado significativamente.

- O Presidente da Câmara assinalou as palavras do Deputado Nuno Dias da bancada da CDU e agradeceu.
  - Relativamente ao que tinha sido dito sobre o período que se aproximava, nomeadamente, a eleições autárquicas, pedia que por mais do que questões pessoais, e pessoas que se escondiam no anonimato, existe uma linha condutora de quem está a governar, que está exposto de uma forma muito intensa, preocupa-o tudo o que tem a ver com a imagem do município, e as palavras que o deputado tinha colocado eram um alerta. Salientou que as pessoas que estavam na bancada da CDU lembravam-se de que na campanha eleitoral, a orientação, que se cumpriu na integra, era para não se criticar ninguém, nem dizer mal de ninguém, e será assim que se irá entrar na próxima campanha eleitoral.
  - Relativamente à proposta que estava a ser discutida, o Presidente da Câmara disse que nem tudo estava mal, poderia era existir discordâncias políticas, mas chumbar e criticar só por o fazer, e depois de votar contra o orçamento, vir criticar que não tinham feito, assim não tinham moral para o fazer.

- Referiu a obra do Museu Pedro Nunes, que era uma intervenção sobre um imóvel classificado, uma
- obra muito difícil do ponto de vista de projeto, uma vez que não existia nada. Seria um grande
- projeto em qualquer parte do país, um museu desta natureza e o conteúdo irá estar voltado para "o
- 379 comércio no rio".
- Relativamente às Despesas Correntes a pressão era grande, esta significa manutenção,
- conservação e despesas com o pessoal e esta despesa faz parte da gestão municipal.
- O Presidente da Câmara referiu que os fundos comunitários não era desculpa para não se fazer
- obra e este executivo nunca se desculpou com esse argumento, e deu como exemplo as obras em
- Santa Catarina, na Calçada da Fonte Nova, no Batão, a obra da estrada de Casebres. Os fundos
- 385 comunitários não apoiam estradas.
- 386 Salientou que havia um olhar para o concelho já que todas as pessoas merecem e tornar o que
- 387 estava longe, mais perto para as pessoas e esse era o propósito do executivo.
- 389 O Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal interveio, cumprimentou os presentes e
- disse que continuava com a lista de reivindicações que tinha desde o anterior executivo, e que a
- mesma era discutida quando se realizavam as reuniões para discutir o orçamento. Dado que com o
- anterior executivo não existia espaço para discussão, a mesma era feita na Assembleia Municipal.
- O Deputado Duarte Lynce Faria referiu que era a primeira pessoa a receber essa lista e que era o
- primeiro a responder. Referiu ainda que o grupo municipal do PS, não era propriamente um grupo
- do bota abaixo, e que todos os orçamentos até agora votados, tinham merecido por parte da
- bancada a abstenção, e em todos tentaram sempre dar algum contributo relativamente à execução
- do orcamento e acrescentou que eram nas GOP's que estavam as opções políticas e quanto à
- 398 parte da execução, já tem a ver com aquilo que o próprio executivo se propôs.
- O Presidente da Assembleia disse que a mesa congratula-se com a discussão e a analise feita ao
- 400 documento.

388

- 401 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.
- 402 Deliberação: Aprovada por Maioria com 14 votos a favor dos eleitos da CDU e 7 votos contra dos
- 403 eleitos do PS.

407

- 404 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- 405 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 406 O Deputado Nuno Dias leu a Declaração de Voto da CDU.

408 **04 – Análise e votação da proposta referente ao protocolo com a EDP Distribuição**; (documento

409 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 09/12/2016);

- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 411 proposta a votação.
- 412 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 415
- 416 05 Análise e votação da proposta referente à suspensão parcial do PDM e estabelecimento de
- 417 medidas preventivas no âmbito da Revisão do PDM de Alcácer do Sal. (documento aprovado na
- 418 reunião de Câmara realizada no dia 24/11/2016);
- 419 O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia dar
- 420 alguma informação sobre o assunto.
- O Presidente da Câmara usou da palavra e informou que a proposta é para estabelecer medidas
- preventivas, no âmbito do processo de revisão do PDM e que os consultores que estão a trabalhar
- com o Município, a RTGEO, vão entregar a versão final, para a CCDR Alentejo convocar a
- 424 comissão de acompanhamento.
- Referiu que, as medidas preventivas são um conjunto de opções que foram discutidas com a
- 426 CCDR Alentejo, que as aceitou e que estão relacionadas com restrições no que respeita a
- Pedreiras, particularmente na zona do Castelo Ventoso, para que as mesmas não invadam o
- perímetro de proximidade com as habitações, aos Agropecuários em geral e olhando para
- 429 Albergaria em particular, para não ocorrerem constrangimentos complicados e sérios, aos
- Fotovoltaicos, para viabilizar investimentos nessa matéria, aos Parcelamentos na Comporta, as
- , controlled the control of the cont
- quintinhas que foram sucessivamente aceitando, que conduzem a uma situação que o executivo
- entende que não é a melhor e com o fim dos parcelamentos e das divisões e fracionamentos das
- propriedades, particularmente do corredor da Muda, que envolve o concelho de Grândola e o de
- Alcácer do Sal. Acrescentou que, outra questão relaciona-se com a ZIL, no sentido de viabilizar
- 435 novos índices de construção.
- O Presidente da Câmara, referiu que estas matérias têm sido tratadas com a CCDR e serão
- 437 vertidas em sede de PDM.
- O Presidente da Câmara disse ainda que o Plano Diretor de Alcácer do Sal, é de 1993 e está
- 439 completamente obsoleto.
- Referiu que, alteraram a Carta da REN, em 2014, seguindo as orientações da resolução de
- conselho de ministros de 2012, que tem a ver com a deliberação que o executivo anterior tinha
- tomado, em 2012, relativamente à revisão do PDM. Informou que, tendo em conta as várias
- reuniões de conciliação e de acompanhamento que houveram, algumas delas parcelares, com o

- ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), com a APA (Agência Portuguesa do
- Ambiente), com a ARH (Administração Regional Hidrográfica), com a agricultura, com a CCDR
- Alentejo, o processo está encaminhado e terão notícias em relação à versão final do novo PDM.
- O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.
- 448 Intervenções:
- O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu que esta é uma das matérias, que neste mandato, foram
- sempre totalmente favoráveis, porque é necessário ter uma visão. Disse que, convém esclarecer
- que este PDM é de 1993 e que teoricamente deveria ter sido revisto ao fim de 10 anos e que não
- 452 houve nenhuma intenção de o fazer a não ser a publicação de vários PU e vários PP, que de certa
- maneira ainda vieram complicar mais toda esta questão. Acrescentou que, a visão global do PDM é
- 454 muito importante para atrair investidores do ponto de vista das várias valências que o concelho
- tem. O Deputado referiu que, este é um dos passos indispensáveis para levar a questão do
  - desenvolvimento de Alcácer do Sal para um patamar, que do ponto de vista global, ainda não tinha
  - sido tomado. Disse que, este é um aspeto importante sem prejuízo de louvar o muito trabalho que
  - foi feito nos anos 90, até que se fizesse o primeiro PDM, o que foi algo muito complicado na altura
- 459 mas, agora os tempos são outros e as realidades são outras.
- O Deputado Duarte Lynce Faria, referiu que cada vez mais, um investidor chega a um concelho e
- tem dificuldades, se não tiver um PDM atualizado, em saber quais são as garantias para poder
- 462 investir.

456

457

458

- Referiu que, os Deputados do PS estão de acordo com esta proposta.
- O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.
- 465 Deliberação: Aprovada por Unanimidade.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
- 469 06 Análise e votação da proposta referente ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcácer
- do Sal para o ano de 2017; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 10/11/2016);
- O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou a
- 472 proposta a votação.
- Deliberação: Aprovada por Maioria com 14 votos a favor dos eleitos da CDU e 7 abstenções dos
- 474 eleitos do PS.
- A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
- anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

477

468

- 479 07 Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica.
- 480 O Presidente da Assembleia, perguntou se algum Deputado se queria pronunciar sobre o assunto.
- 481 Intervenções:
- 482 A Deputada Maria Antónia Mendes, referiu que não podia deixar de agradecer o relatório de
- 483 atividades da Câmara, documento que considera de grande qualidade informativa, que possibilita
- 484 acompanhar a atividade que a Autarquia vem desempenhando e que estão na presença de um
- trabalho que requer o empenho e dedicação dos trabalhadores do Municipio, pelo que deixou
- também para eles o seu reconhecimento e apreço por tal trabalho.

487

- O Presidente da Câmara, pediu a palavra e referiu que a Deputada Maria Antónia Mendes é uma
- deputada que conhece como ninguém a Câmara e o que são processos administrativos e, que por
- isso dá ainda mais valor às suas declarações, não por ser uma Deputada da Bancada da CDU,
- porque se fosse um Deputado da PS diria o mesmo, mas porque a deputada conhece muito bem o
- que é a Câmara e o quanto é difícil apresentar um relatório tão global, porque não é um relatório de
- obras, de licenças ou de certidões é um relatório global.
- O Presidente da Câmara recordou que, prometeu no início do mandato que, quando iniciassem a
- 495 organização desta informação já não regressariam atrás e não haveria intermitências na
- informação, que é obrigatória ser disponibilizada à Assembleia Municipal. Sublinhou que, a
- organização de serviços tem sido fundamental, mas relevou o trabalho do Gabinete de Apoio ao
- 498 Presidente, que tem sido fantástico.
- O Presidente da Câmara, disse que se algum dos Deputados tiver contributos para dar, os deve
- 500 fazer chegar.

501

- O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que quando houve a alteração do procedimento, que foi
- feito com o atual executivo, de elencar e desenvolver toda a atividade, os Deputados Municipais do
- PS, deram os parabéns e disseram que era um trabalho notável.
- Disse que, reconhece e são inteiramente merecidas as qualidades enumeradas pelo Presidente da
- Câmara à Deputada Maria Antónia Mendes. O Deputado referiu que, subscreve o que foi dito e que
- foi uma mudança qualitativa e importante dar um desenvolvimento integrado.
- Lembrou que, os Deputados Municipais do PS, já tinham assumido uma posição relativamente a
- 509 esta metodologia.

- O Presidente da Assembleia, confirmou que o Deputado Duarte Lynce de Faria tinha tomado uma
- posição e que a mesma está em ata.
- 513 Tomado Conhecimento.

514	A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
515	anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
516	
517	Houve 1 ponto aditado à ordem de trabalhos antes do início da mesma, nos termos do disposto no
518	n.º3 do art.º 20, do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 28 de fevereiro de 2014.
519	
520	08 – Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de monitorização do primeiro ano
521	de vigência da ARU. (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/07/2016).
522	O Presidente da Assembleia, por solicitação do Presidente da Câmara, concedeu a palavra ao
523	Vereador Manuel Vítor.
524	O Vereador Manuel Vítor, usou da palavra e apresentou a informação.
525	Tomado Conhecimento.
526	A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
527	anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.
528	
529	APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES
530	
531	Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações dela integrantes,
532	produzirem efeitos imediatos.
533	Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.
534	
535	ENCERRAMENTO DA SESSÃO
536	Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas zero
537	horas de dezasseis de dezembro do ano dois mil e dezasseis. Eu, Dina do Carmo Prego Semião
538	Sardo, assistente técnica, redigi a presente ata, que assino com o Presidente da Assembleia
539	Municipal.
540	
541	O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
542	uni
543	
544	
545	A ASSISTENTES TÉCNICA,
546	
47	- diraffordo
48	$\mathcal{A}$